



PROCESSO Nº 22417/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2024

OBJETO: LOCAÇÃO DE ESTRUTURA, ILUMINAÇÃO, DECORAÇÃO E ORNAMENTAÇÃO TEMÁTICAS, MONTAGEM E DESMONTAGEM ATRAVÉS DE SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA E APOIO LOGÍSTICO, PARA O 7º NATAL ILUMINADO DE MARICÁ

A CPL;

A empresa ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA, inscrita no CNPJ: 09.654.965/0001-72, por intermédio de seu representante legal, a essa Secretaria, impugnação ao edital, onde ataca cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento no artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, conforme disposto abaixo:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, **o presente encontra-se encontra tempestivo.**

II. DAS RAZÕES

Em resumo, a IMPUGNANTE se manifesta a respeito:

- Da Oposição a Adjudicação Global;
- Da Oposição a Exigência Técnica Exigida;
- Da Inclusão do Profissional Engenheiro Industrial Eletrotécnico;
- Da Remarcação do Pregão.

III. DO MÉRITO

a) Da oposição a Adjudicação Global:

A escolha pela adjudicação por lote para o 7º Natal Iluminado de Maricá se fundamenta em uma série de considerações que vão além da simples conveniência administrativa, tratando-se de uma estratégia necessária para garantir a qualidade e a integridade do evento, especialmente por sua natureza complexa e multifacetada.

Em primeiro lugar, **a magnitude e a abrangência do evento exigem uma abordagem que compreenda todas as fases e componentes do projeto de maneira integrada.** O Natal Iluminado é um evento que envolve não apenas a locação de serviços, mas também **uma série de elementos de planejamento, execução, coordenação e monitoramento.** A adoção de uma adjudicação por lote permite que todas essas etapas sejam tratadas de forma unificada, evitando fragmentações que poderiam comprometer a eficiência e a qualidade do serviço, além de facilitar o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento dos requisitos estabelecidos no edital.

Outro ponto relevante é o viés cultural e estético do projeto. A proposta do Natal Iluminado não se resume a uma simples decoração natalina, mas é **uma intervenção que visa gerar um impacto visual significativo na cidade, promovendo o engajamento da comunidade e atraindo turistas.** Para que esse efeito seja alcançado de maneira eficaz, **é fundamental que a execução do projeto seja realizada por um único fornecedor ou consórcio, que tenha uma visão integrada e possa garantir a uniformidade estética, técnica e operacional.** A



fragmentação dos serviços em diferentes lotes ou contratos poderia resultar em inconsistências no design, na qualidade e na execução do evento, comprometendo sua proposta visual e cultural.

Além disso, ao optar pela adjudicação por lote, **há uma maior segurança quanto ao cumprimento dos prazos e à coordenação dos diversos aspectos logísticos do evento.** A complexidade do projeto demanda que o prestador de serviços seja capaz de coordenar simultaneamente várias frentes de trabalho, desde a instalação das estruturas de iluminação até a programação das atividades culturais. A adjudicação por lote assegura que todos esses elementos sejam tratados de forma coordenada, evitando o risco de descompasso entre os fornecedores ou de atraso na entrega de diferentes partes do evento.

Em relação à questão do parcelamento, **como mencionado na impugnação**, é importante ressaltar que **a opção pelo parcelamento não é uma obrigação legal**, mas uma escolha que deve ser ponderada de acordo com as especificidades do projeto. O §2º do Artigo 40 da Lei nº14.133/2021, apenas prevê a possibilidade de parcelamento, sem estabelecer uma exigência. Nesse sentido, a decisão de não parcelar o contrato se deu após uma análise detalhada dos riscos e da alta complexidade envolvida.

O parcelamento de serviços em diferentes contratos poderia, por exemplo, **gerar problemas de coordenação entre os diversos fornecedores e comprometer a fluidez da execução do evento**, algo que seria **prejudicial** considerando a dimensão e o impacto do Natal Iluminado. A adjudicação por lote, por sua vez, permite uma gestão mais eficiente e integrada, assegurando que todos os elementos do projeto sejam entregues de maneira coordenada e dentro dos padrões de qualidade exigidos.

Portanto, a escolha pela adjudicação por lote não apenas se justifica pela complexidade e pela natureza do evento, mas também é a decisão mais adequada para garantir a execução plena de um projeto que tem um grande impacto cultural, social e econômico para a cidade de Maricá. **A centralização do processo em um único contrato proporciona maior controle sobre os prazos, os custos, a qualidade dos serviços e a integração entre as diferentes partes do projeto, assegurando que o evento seja realizado de forma bem-sucedida e em conformidade com os objetivos estabelecidos.**

b) Da Oposição a Exigência Técnica Exigida:



De acordo com o que estabelece o artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, a qualificação técnica é um dos pilares fundamentais para a contratação pública, sendo essencial que as empresas contratadas possuam a competência necessária para garantir a execução de um projeto de grande porte como o 7º Natal Iluminado de Maricá, vejamos:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

Essa exigência visa assegurar que os serviços sejam realizados por profissionais e empresas qualificados, com experiência comprovada na execução de projetos semelhantes, garantindo não apenas a qualidade técnica das estruturas fornecidas e instaladas, mas também a segurança e o bom funcionamento de todas as interações do público com as atrações do evento.

Neste contexto, toda a qualificação técnica foi pensada de forma a selecionar fornecedores que não apenas atendem aos requisitos legais e normativos, mas que também possuem um histórico comprovado de execução de eventos de grande porte, garantindo que o 7º Natal Iluminado de Maricá seja realizado de forma segura e proveitosa para a população. Isso envolve **não apenas a instalação de estruturas de alta qualidade, mas também a manutenção de um ambiente seguro e funcional, onde o público possa interagir com as atrações de forma tranquila, sem riscos.** A experiência acumulada dessas empresas e profissionais é, portanto, um fator essencial para o sucesso do evento, assegurando que cada



etapa da realização seja cumprida com rigor técnico e com um alto padrão de segurança e excelência operacional.

Essa abordagem reflete o compromisso da administração pública com a segurança e a experiência do público, além de garantir que o evento seja realizado com a máxima qualidade, atendendo a todas as expectativas culturais e estéticas que a cidade de Maricá almeja para o seu Natal Iluminado.

Nesse sentido, ao contrário do que é demonstrado pela Impugnante em sua manifestação, **a exigência de que os profissionais engenheiros apresentem certidão de acervo técnico - CAT, não apenas é um alinhamento com os princípios adotados por esta Secretaria, como também está respaldada legalmente pelo Acórdão 3298/2022**, cujo relator foi o Ministro Marcos Bemquerer, oportunidade em que foi afirmado que:

“Para fins de habilitação técnico-operacional em certames visando à contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser exigidos atestados emitidos em nome da licitante, podendo ser solicitadas as certidões de acervo técnico (CAT) ou anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes.”

Com base nos argumentos apresentados, é evidente que não há justificativa para a remoção da exigência de qualificação técnica no processo licitatório para a contratação do 7º Natal Iluminado de Maricá. Este é um evento de grande porte, com alto impacto social, cultural e estético para a cidade, o que exige que todos os envolvidos na sua realização possuam experiência comprovada e qualificação técnica.

c) Da Inclusão do Profissional Engenheiro Industrial Eletrotécnico.

Ao selecionar os profissionais exigidos para o certame relacionado ao 7º Natal Iluminado de Maricá, a Secretaria teve a preocupação de escolher áreas de engenharia que garantissem uma execução segura e coerente do projeto. Entre as especialidades necessárias, à engenharia



elétrica foi considerada fundamental, dada a natureza do evento, que envolve a instalação de complexos sistemas de iluminação e equipamentos eletrônicos. Assim, optou-se pela exigência de engenheiros eletricitas, profissionais cuja formação e expertise abrange toda a parte de projeto, instalação e manutenção de sistemas elétricos, sendo mais abrangente e adaptada às necessidades do evento.

O engenheiro eletricitista, no contexto do Natal Iluminado, desempenha um papel crucial. Ele é responsável por projetar e calcular as instalações elétricas, garantir a segurança dos circuitos, dimensionar cabos e equipamentos, e supervisionar a montagem e o funcionamento dos sistemas de iluminação, que são os principais atrativos do evento. Além disso, o engenheiro eletricitista deve assegurar que todas as instalações estejam de acordo com as normas técnicas e de segurança, minimizando riscos de curto-circuito, sobrecarga e outros problemas que possam comprometer a segurança do público.

Diante desse cenário, não há justificativa para incluir a exigência de um engenheiro industrial eletrotécnico. Embora esse profissional possua competências na área elétrica, sua formação é mais voltada para o ambiente industrial, focando em processos de automação, controle e produção industrial, que não são diretamente relevantes para um evento como o Natal Iluminado. O engenheiro eletricitista, por outro lado, possui uma formação mais abrangente, que cobre todas as necessidades do projeto, desde a elaboração dos circuitos até a execução e fiscalização da instalação, garantindo tanto a competitividade justa quanto a segurança plena da operação.

No mais, conforme mencionado pela própria Impugnante em sua manifestação, o artigo 37 da Constituição Federal no inciso XXI, versa o seguinte:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os



concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**

Portanto, a exigência de um engenheiro eletricista é não só suficiente como ideal para o contexto do Natal Iluminado de Maricá, dispensando a necessidade de profissionais com expertise industrial específica, que não agregaria vantagens significativas ao tipo de instalação requerida. A escolha por engenheiros eletricistas garante que o certame permaneça competitivo e acessível, considerando a ampla disponibilidade desses profissionais no mercado, o que facilita o processo licitatório e contribui para a execução eficiente e segura do projeto.

d) Da Remarcação do Pregão.

Considerando todos os pontos apresentados, não há justificativa ou motivo suficiente para que se promovam alterações ou retificações no edital do certame relacionado ao 7º Natal Iluminado de Maricá. A elaboração do edital seguiu critérios técnicos e legais rigorosos, de modo a garantir a execução do projeto de forma segura, eficiente e coerente. As exigências estabelecidas no documento foram pensadas para assegurar que apenas empresas e profissionais qualificados possam participar, com o objetivo de garantir que o evento seja realizado com o mais alto padrão de qualidade, segurança e respeito às normas aplicáveis.

A escolha dos profissionais necessários, como o engenheiro eletricista, foi embasada na necessidade de segurança e na adequação técnica, elementos essenciais para um evento de grande porte. A opção por engenheiros eletricistas, por exemplo, foi feita devido à sua competência abrangente, cobrindo todas as etapas do projeto elétrico, desde a concepção até a instalação e fiscalização das estruturas. A inclusão de outros profissionais, como o engenheiro industrial eletrotécnico, não traria ganhos significativos à execução do projeto, uma vez que suas especializações são voltadas para contextos industriais específicos, não sendo essenciais para um evento cultural e estético como o Natal Iluminado. Dessa forma, a exigência presente no edital é apropriada e proporcional ao escopo do projeto.

Além disso, todas as qualificações técnicas foram estabelecidas conforme a legislação vigente, seguindo os parâmetros previstos pela Lei nº 14.133/2021 e orientações do Tribunal



de Contas da União (TCU). O objetivo central foi assegurar que a empresa vencedora do certame tenha a experiência e a capacidade necessárias para realizar um evento desta magnitude, garantindo a segurança da população e a excelência do resultado final. Qualquer alteração nas exigências técnicas do edital comprometeria essa segurança e colocaria em risco a execução de um projeto bem-sucedido, algo que a Secretaria buscou evitar desde o início do processo licitatório.

Dessa maneira, cogitar uma nova data para a realização do pregão não se justifica, já que o edital foi elaborado de forma criteriosa, atendendo a todos os requisitos legais e seguindo boas práticas administrativas. Qualquer adiamento ou retificação sem fundamentação técnica apropriada poderia prejudicar a cronologia do evento e trazer consequências negativas para o planejamento da execução. A manutenção do certame nas condições atuais é, portanto, essencial para garantir que o projeto avance de forma eficiente, respeitando os prazos e metas estabelecidos, e assegurando que a população de Maricá tenha a experiência cultural planejada para este Natal Iluminado.

Conforme os princípios da eficiência e da competitividade que regem a administração pública, o edital já contempla as melhores condições para que o certame ocorra de forma justa e transparente. As modificações não apenas seriam desnecessárias, mas também poderiam comprometer o processo, causando atrasos e impactos que afetariam a organização do evento. Por isso, é fundamental seguir com o cronograma conforme estabelecido, sem qualquer necessidade de ajustes adicionais que não estejam amparados em razões técnicas claras e justificáveis.

IV. DA CONCLUSÃO

Após metódica análise das alegações apresentadas pela parte impugnante e das razões por ela expostas, verifica-se que a impugnação foi protocolada dentro do prazo legal, razão pela qual se determina o seu recebimento.

Todavia, no que tange ao mérito da questão, não se vislumbra razão para acolher os argumentos apresentados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE TURISMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

PROCESSO Nº: 0025258/2024

D. INÍCIO: 21/11/2024

RUBRICA

FL.: 39

Por este motivo, são mantidas a data e hora determinadas no edital para realização do Pregão Eletrônico.

Maricá, 25 de novembro de 2024.

ROBSON DUTRA DA SILVA.

Secretário De Turismo.

Mat: 113.368